

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível nº 0031648-3	Vara Única de Itambé
Apelante:	Paulo Fernando Melo de Moura
Apelado:	Banco do Brasil S.A
Relator:	Des. Stênio Neiva Coêlho

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA RURAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. POSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. Na Ação de execução de cédula de crédito rural é devida a correção monetária, com base na súmula 16 do STJ.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso de apelação, ACORDAM os Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** ao apelo, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0031648-3 Vara Única de Itambé

Apelante: Paulo Fernando Melo de Moura

Apelado: Banco do Brasil S.A

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível (fls. 33/39) interposta por Paulo Fernando Melo de Moura contra sentença (fls. 25/27) que, nos autos dos Embargos à Execução, julgou improcedentes os embargos contra o exequente, condenando o Embargante/Apelante ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da ação executiva.

O magistrado julgou improcedentes os embargos por entender despicendo adentrar no assunto da correção monetária, visto que a matéria já foi sumulado pelo STJ, através da súmula 16 do STJ.

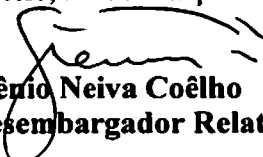
Irresignado, o apelante apresentou recurso de apelação alegando, em preliminar, que a correção monetária não tem aplicação sobre os créditos rurais e insiste em afirmar que esse assunto é objeto de procedimento que se acha em tramitação na Justiça Federal. Por ocasião, explica que a sentença de mérito da presente execução encontra-se dependente do julgamento dessa outra causa.

Sustenta que a decisão deve ser reformada e, consequentemente, suspenso o processo, com fundamento no art. 265, IV, a do CPC e, no mérito, assegura que deve ser excluída a correção monetária, defendendo que os financiamentos rurais e os títulos de crédito rural consubstanciam dívidas em dinheiro, inexistindo lei que autorize ou determine a incidência de tal obrigação.

Em contrarrazões (fls. 42/47), o apelado sustenta que o apelante não é parte nas lides por ele citadas com o fito de suspender a presente execução. E, ressalta a existência da súmula 16 do STJ que expressamente prevê que a legislação ordinária sobre crédito rural não veda a incidência da correção monetária, pedindo a manutenção da sentença vergastada.

É o relatório. À revisão.

Recife, 20 de março de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível nº 0031648-3 Vara Única de Itambé	
Apelante:	Paulo Fernando Melo de Moura
Apelado:	Banco do Brasil S.A
Relator:	Des. Stênio Neiva Coêlho

VOTO

Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Cinge-se o debate do presente recurso, em síntese, na possibilidade ou não de incidência de correção monetária em cédulas de créditos rurais.

Apesar de não constar nos presente autos – embargos à execução – documento que corrobore ao julgado a aferição da data de emissão e vencimento dos títulos que aparelham a ação principal, tem-se que os embargos à execução foram apresentados na data de 13/7/92.

Analisando o acervo probatório, cuido em não assistir razão ao apelante.

A sentença consignou a correção monetária da seguinte forma:

“(…) A aplicação da correção monetária, por determinação legal ou convencional, importa em converter a dívida de quantia certa em débito de determinado poder aquisitivo. O STF tem reconhecido a validade da correção monetária convencional (RTJ 64/386, 69/587, 65/874, 66/325, 60/553, 60/867). Nos negócios bancários a correção monetária foi consagrada pela súmula 596 - baseada na Lei 4.595/64 e nas Resoluções e Circulares do Banco Central.

A legislação ordinária sobre o crédito rural não veda a incidência da correção monetária (STJ-Súmula). Esta Corte tem reafirmado o princípio da autonomia da vontade entre as partes. Nos títulos impugnados a correção monetária foi livremente pactuada.

Mesmo que não convencionalizada na cédula rural pignoratícia, a correção monetária é devida. Representa um fator de atualização do débito, ante o fenômeno inflacionário.

Na origem, trata-se de ação de execução lastreada em crédito rural.

Primeiro, sobre a alegação do recorrente de suspensão do feito com base nas ações que tramitam na 9ª Vara da Justiça Federal, entendo que não deve prosperar, sobretudo porque as partes são outras.

As ações alegadas pelo recorrente, que tramitam na justiça federal, versam sobre suposta ilegalidade de cláusulas contratuais que preveem a correção monetária.

Ora, faz-se necessário registrar que a matéria é ordem infraconstitucional, não sendo de interesse do nosso Supremo Tribunal Federal, que assim consignou:

AGRAVO REGIMENTAL. Correção monetária nos contratos de crédito rural. Matéria infraconstitucional. Súmula 454. Agravo regimental improvido. (STF- AI 132387 MG, Segunda Turma, Relator(a): Min. PAULO BROSSARD, dj. em 26/02/1991, dje. em 22/03/91)

Por ordem, o Tribunal de Justiça, cuja competência lhe é conferida, sumulou a questão, in verbis:

STJ Súmula nº 16 - 14/11/1990 - DJ 21.11.1990: "*A legislação ordinária sobre crédito rural não veda a incidência da correção monetária.*"

In casu, resta demonstrado o cabimento da correção monetária nas cédulas de crédito rural, não só com base na súmula 16 do STJ, como na lei que versa sobre a correção.

A Lei nº 6.899/81, que cuida da aplicação da correção monetária, é de 1981, o que nos leva a crer, de logo, que a partir desse ano os débitos resultantes de decisão judicial incidem a correção monetária. Para corroborar com o caso, transcrevo:

Art 1º - A correção monetária incide sobre qualquer débito resultante de decisão judicial, inclusive sobre custas e honorários advocatícios.

§ 1º - Nas execuções de títulos de dívida líquida e certa, a correção será calculada a contar do respectivo vencimento.

Outrossim, o permissivo legal da correção monetária em cédula de crédito rural é a própria Lei nº 9138/95 que, além de silente, não veda a incidência da atualização.

Ainda, vale anotar a jurisprudência do STJ:

Ação de cobrança de cédula rural pignoratícia prescrita. Juros compensatórios, capitalização, correção monetária. Fundamentação do aresto recorrido não desafiada pelo especial. Precedentes da Corte.

1. Cuidando o acórdão recorrido de título prescrito, ademais de entender que a incidência dos juros ficava limitada ao teto constitucional, o especial não pode prosperar se não enfrenta especificamente tal cenário.

2. A correção monetária, mesmo em se tratando de título prescrito, deve ser contada da data do vencimento da obrigação, nos termos dos precedentes da Corte.

3. Recurso especial contra o acórdão da apelação não conhecido e recurso especial contra o acórdão dos embargos infringentes conhecido e provido, em parte.

(STJ- REsp 203875 MT 1999/0012822-2, TERCEIRA TURMA, Relator(a): Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, dj. em 06/05/2004, dje. em 21/06/2004)

No mesmo sentido, seguem os Tribunais Superiores:

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CHEQUE SEM PROVISÃO DE FUNDOS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM. SENTENÇA DE IMPRODENCIA MANTIDA. I. A ação monitória em tela, visa a cobrança da quantia de R\$ 338.119,27 (trezentos e trinta e oito mil, cento e dezenove reais e sete centavos), referente do inadimplemento da Cédula de Crédito Rural Pignoratícia e Hipotecária, emitida em 27/06/1996, com vencimento em 31/10/2003 e valor nominal de R\$ 42.404,00 (quarenta e dois mil quatrocentos e quatro reais). II. Devidamente citados, os Embargados JANIO Rocha DA Silva e Maria LUZIA Lima DA Silva, apresentaram Embargos do Devedor, que foram julgados parcialmente procedente, "para afastar do valor do título a

multa de 10% (dez por cento), fixando-a em 2% (dois por cento), também determinou a exclusão dos juros de mora, determinando a apuração do valor devido pela contabilidade judicial, tendo como base a planilha apresentada pelo Embargado, acrescido de juros de mora de 1%(um por cento) a contar da citação e correção monetária pelo INPC. III. De início destaco que a alegação do 1º Apelante Banco do Nordeste DO Brasil SA/ de que no caso em apreço não incide as normas do Código de Defesa do Consumido, sob justificativa de que no caso inexistente relação de consumo, não merece prosperar visto que é entendimento pacífico na jurisprudência, constante inclusive na Súmula nº 297 do STJ " O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras" IV. No tocante a multa de 10% (dez por cento) estabelecida no título em caso de inadimplemento, realmente o referido percentual fere a determinação contida no art. 52, §1º, do CDC, que deve ser observado no presente caso, tendo em vista, que o contrato em questão foi celebrado em 27 de junho de 1996, ou seja, posterior à entrada em vigor da Lei que alterou o percentual da referida multa para 2% (dois por cento). V -Toda regra comporta exceção e no caso em tela, a exceção também foi disciplina na Súmula nº 93 do STJ " A legislação sobre cédulas de crédito rural, comercial e industrial admite o pacto de capitalização de juros. " e no próprio Decreto-Lei nº 167/67 que admite expressamente a capitalização, no conforme se depreende da leitura do " Art. 5º o [...] podendo o financiador, nas datas previstas, capitalizar tais encargos na conta vinculada à operação. " Portanto, assiste razão ao Banco credor, em defender a legalidade da cobrança, na espécie, da capitalização mensal de juros, que se acha expressamente pactuada na cláusula denominada "ENCARGOS FINANCEIROS" e " ENCARGOS DE INADIMPLEMENTO". VI. Todavia, no tocante aos juros moratórios, o percentual contido no título violou as disposições legais, tendo em vista, que nas cédulas de crédito rural, os juros moratórios deve observar o percentual estabelecido no 5º parágrafo único, do Decreto-Lei nº 167/67, que dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências. VII. No que tange a Comissão de Permanência, é pacífico o entendimento que os encargos moratórios, na cobrança de cédula de crédito rural, devem ser exclusivamente aqueles permitidos na legislação específica, no caso o Decreto-Lei nº 167/67, que como já citado acima, somente admite a inclusão, a título de mora, de juros moratórios e de multa moratória. VIII. No tocante ao inconformismo demonstrado no 2º Apelo interposto por JANIO Rocha DA Silva e LUZIA Lima DA Silva, requerendo que seja considerado como paga a quantia de R\$ 12.547,50 (doze mil, quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), tal requerimento não merece guarida, pois conforme as planilhas de cálculos acostadas às fls. 109 e 112, consta a amortização de R\$ 8.254,08 (oito mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oito centavos) e de R\$ 4.245,92 (quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos), valores correspondem a quantia paga pelos executados. IX. In caso, a sucumbência foi de ambos os demandantes, devendo permanecer a sucumbência recíproca fixada na sentença, nos termos das disposições do art. 21 do Código de Processo Civil, que preleciona " se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas. " X. CONHEÇO de ambos os apelos e DOU PARCIAL PROVIMENTO ao 1º Apelo do Banco do Nordeste DO Brasil S/A, somente para manter os juros moratórios, todavia no percentual acima transcrito e NEGO PROVIMENTO ao 2º apelo interposto por JÂNIO Rocha DA Silva e Maria LUZIA Lima DA Silva, mantendo inalterado os demais termos da sentença atacada. (TJMA; Rec 0002705-84.2007.8.10.0029; Ac. 134358/2013; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Raimundo José Barros de Sousa; Julg. 26/08/2013; DJEMA 29/08/2013)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA. PRAZO PRESCRICIONAL. CINCO ANOS. ART. 206, § 5º, I, DO CÓDIGO CIVIL. TERMO A QUO. TÉRMINO DO PRAZO TRIENAL PARA EXECUÇÃO DO TÍTULO. PRESCRIÇÃO AFASTADA. LEGISLAÇÃO ESPECIAL. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. POSSIBILIDADE. INADIMPLÊNCIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INADMISSÃO. INEXISTÊNCIA DE COBRANÇA. JUROS DE MORA. LIMITE LEGAL OBSERVADO. CORREÇÃO MONETÁRIA. RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA. TERMO INICIAL. I. A ação monitória lastreada em cédula rural pignoratícia prescrita, documento particular hábil a demonstrar a existência de um crédito, prescreve em 05 (cinco) anos, nos termos do art. 206, §5º, I, do Código Civil de 2002. O quinquênio legal deve iniciar-se no dia em que se consumar a prescrição da ação executiva que, no caso, ocorreu três anos após o vencimento do título, conforme disposto na legislação especial. art. 60 do Decreto-Lei nº 167/67 c/c art. 70 da LUG. II. O art. 5º do Decreto-Lei nº 167/67 admite a pactuação de capitalização de juros remuneratórios, e impõe limitação dos juros moratórios ao patamar de 1% ao ano, na cédula de crédito rural. É também vedada a cobrança de comissão de permanência no período de inadimplência. III. Aferida em perícia judicial a regularidade da cobrança dos encargos contratuais e verificada legalidade dos mesmos, não há que se falar em excesso de cobrança. IV. **A correção monetária visa a manutenção do poder aquisitivo da moeda, devendo incidir, portanto, da data de vencimento da dívida.** (TJMG; APCV 1.0427.10.000738-9/001; Rel. Des. João Cancio; Julg. 28/05/2013; DJEMG 05/06/2013)

Igualmente segue o nosso Tribunal de Justiça que, ao analisar caso similar, consignou:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS EM FACE DE ACÓRDÃO RESULTANTE DE JULGAMENTO DE APELAÇÃO CÍVEL NO QUAL, POR MAIORIA DE VOTOS, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO INTERPOSTA PELO EXEQÜENTE, TÃO SOMENTE PARA EXCLUIR DA SENTENÇA A LIMITAÇÃO DE JUROS EM 12% (DOZE POR CENTO) AO ANO, BEM COMO, AINDA POR MAIORIA, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO APELO MANEJADO PELA DEVEDORA, NO SENTIDO DE REDUZIR A MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO), ESTABELECIDA NO CONTRATO, PARA 2% (DOIS POR CENTO), NOS TERMOS DO QUE ESTABELECE O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR(CDC). TRATA-SE, NA ORIGEM, DE EMBARGOS À EXECUÇÃO DE ESCRITURA PÚBLICA DE CONFISSÃO DE DÍVIDA COM GARANTIA PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA E DE CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA, CONCERNENTES A FINANCIAMENTO PARA FOMENTAR ATIVIDADE RURAL, SENDO QUE, EM 1ª INSTÂNCIA, CUIDOU O EMINENTE JULGADOR A QUO DE PROLATAR SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS EMBARGOS, APENAS PARA DETERMINAR QUE OS JUROS INCIDENTES SOBRE O DÉBITO DA CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA FOSSEM LIMITADOS À TAXA DE 12% (DOZE POR CENTO) AO ANO. QUANTO À SUPOSTA ILEGALIDADE DA COBRANÇA DE CORREÇÃO MONETÁRIA EM CONTRATOS DE CRÉDITO RURAL, TEM-SE QUE TAL PONTO, DE FATO, APESAR DE CONSTAR DAS RAZÕES DA APELAÇÃO DA EMBARGANTE, NÃO FOI ABORDADO QUANDO DO JULGAMENTO DO APELO, SENDO, PORTANTO, DE SE CONSIDERAR CONFIGURADA OMISSÃO NO QUE TANGE A ESSE TÓPICO, **DEVENDO-SE, ASSIM, ESCLARECER QUE, CONSOANTE ESTABELECE A SÚMULA Nº 16 DO STJ, "A LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA SOBRE CRÉDITO RURAL NÃO VEDA A INCIDÊNCIA DA**

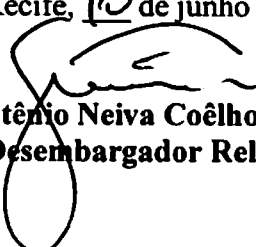
CORREÇÃO MONETÁRIA", RAZÃO PELA QUAL É PERFEITAMENTE APLICÁVEL, NO CASO CONCRETO, A CORREÇÃO MONETÁRIA. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS - SEM, CONTUDO, CONCESSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES -, APENAS PARA QUE SE ESCLAREÇA SER A CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AO CASO CONCRETO OBJETO DA LIDE, TENDO-SE EM VISTA O QUE DISPÕE A SÚMULA Nº 16 DO STJ, SEGUNDO A QUAL "A LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA SOBRE CRÉDITO RURAL NÃO VEDA A INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA". DECISÃO UNÂNIME.

(TJPE- ED 1403030 PE 0001514-57.2011.8.17.0000, 6ª Câmara Cível, Relator(a): Eduardo Augusto Paura Peres, dj. em 24/05/2011)

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento ao recurso de apelação**, mantendo na íntegra a sentença vergastada, uma vez que é possível a aplicação da correção monetária nos títulos de crédito rural, com base na súmula 16 do STJ.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

0000069-47.1996.8.17.0770(31648-3) ACi



+	-----	+
	TJPE	
	FLS.	
	117	
+	-----	+

CERTIDÃO DE ATUALIZAÇÃO

Certifico que nesta data, procedi com a atualização do Revisor do presente feito para o Desembargador Roberto da Silva Maia na(o) 1ª Câmara Cível

15 de abril de 2014


Diretoria Cível

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao Desembargador Roberto da Silva Maia para revisão.

15 de abril de 2014


Diretoria Cível

Indeferido em parte.
Reinf. 23 de abril de 2014
Refe